

qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]. Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 Artigo 128.º CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º CIRE): A proveniência dos créditos, data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável. É designado o dia 27-09-2011, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 Artigo 72.º CIRE). Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do C P Civil [alínea *c*) do n.º 2 artigo 24.º CIRE]. Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 artigo 9.º CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. Informação Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º CIRE).

13-07-2011. — A Juíza de Direito, *Carla Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Isabel David Nunes*.

304910311

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 11037/2011

Processo: 712/11.3TYLSB

Insolvência de pessoa colectiva (Apresentação)

N/Referência: 1937714

Insolvente: Instituto de Ensino Investigação Em Audiovisuais e Tecnologias de Comunicação, S. A.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados. No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 05-07-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Instituto de Ensino Investigação Em Audiovisuais e Tecnologias de Comunicação, S. A., NIF — 503865958, Endereço: Trav. Saúde 2 A, Lisboa, 1449-022 Lisboa, com sede na morada indicada. São administradores do devedor: António Pedro Saraiva Barros Vasconcelos, estado civil: Casado (regime: Casado), Endereço: Rua do Quelhas, N.º 22, 5.º Dto., Lisboa, 1200-781 Lisboa; José Carlos Pereira Martins de Oliveira, Endereço: Rua Padre Luís Aparício, N.º 11 — 3.º Dto., 1150-248 Lisboa; Ana Maria Ramos Costa, Endereço: Bairro Municipal da Manjoeira, A Das Lebres, 0000-000 Santo Antão do Tojal, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s). Para Administrador

da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Alvaro Brazinha Mochacho, Endereço: Rua Padre António Vieira, N.º 5 — 3.º, Lisboa, 1070-194 Lisboa — tel. 213863388. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i*) do artigo 36.º CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE. É designado o dia 12-09-2011, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

15 de Julho de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Eduardo Esteves*.

304924447

Anúncio n.º 11038/2011

Processo: 625/11.9TYLSB — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Heka Concept, Unipessoal Por Quotas

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 14-07-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Heka Concept, Unipessoal Por Quotas, NIF — 507964276, Endereço: Rua Augusto Costa, N.º 11, 4.º Direito, 1500-064 Lisboa, Lisboa, 1500-064 Lisboa, com sede na morada indicada. São administradores do devedor: Mário Rui da Cruz Soares, estado civil: Solteiro, Endereço: Rua Augusto Costa, N.º 11, 4.º Direito, 1500-064 Lisboa, Lisboa, 1500-064 Lisboa, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s). Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. António Manuel Mendes Bernardo, Endereço: Av. Eng. Arantes e Oliveira, N.º 4 — 5.º F, 1900-222 Lisboa — telefone 218470170. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE. É designado o dia 15-09-2011, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais

estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

15-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Eduardo Esteves*.

304922868

Anúncio n.º 11039/2011**Processo n.º 1666/10.9TYLSB****Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados**

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 15-07-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: T.M.S. -Trading, Maintenance Et Service, S. A. (Sucursal em Portugal), Endereço: Rua dos Arneiros, 133-B- Lisboa.

É administradores do devedor: Frederico Pimentel Almeida, NIF 212702629, Endereço: Rua D. Tomás de Almeida, N.º 2, 2660-532 Santo Antão do Tojal. Para Administrador da Insolvência foi nomeada a Sr.ª Dr.ª Maria Teresa Martins Revês, Endereço: Legal Representante da Massa Insolvente, Estrada de Benfca, N.º 388, 2.º Esq.º, 1500-101 Lisboa, Nif- 126639027. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE) Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. É designado o dia 15-09-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. É obrigatória a constituição de mandatário Judicial.

19 de Julho de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Maria Tristão Silva*.

304933681

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio n.º 11040/2011****Processo: 472/11.8TYLSB — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Requerente: Barbot — Indústria de Tintas, S. A.
Insolvente: COOPLISBOA — União de Cooperativas de Consumo, U. C. R. L.

A Dr.ª Maria de Fátima Reis Silva, Juiz de Direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber:

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados.

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo de Lisboa, no dia 11-07-2011, pelas 12.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: COOPLISBOA — União de Cooperativas de Consumo, U. C. R. L., NIF 501512004 e com sede em Edifício Cooplisboa, Salgueirinha, Pinhal Novo, Palmela.

São administradores do devedor: Fernando Parreira Rosa, com endereço em Brejo do Lobo, Cci- 4513, 0000-000 Jardía, João Manuel Raimundo Batista Rodeia Machado, com endereço em Rua Infante D. Henrique, N.º 10- B, 1.º Fte., 0000-000 Beja, António Joaquim da

Conceição Rodrigues Neto, com endereço em Rua de Olivença, N.º 23, 1.º Dtº, 0000-000 Santarém, Paulo Jorge Aldinhas Giga, com endereço em Av. Nacional, N.º 104- A, 0000-000 Cíborro, José Manuel Jerónimo Teixeira, com endereço em Praceta Nuno Rodrigues dos Santos, N.º 1, 20-B, 0000-000 Portela, José Inácio Fonseca Costa, com endereço em Praceta Luís de Camões, Torre 307, 9.º A, 0000-000 Mira-Sintra, João Nuno Carreira da Cunha Sequeira, com endereço em Rua das Entradas, N.º 6-A, 0000-000 Castro Verde, Jorge Manuel do Rosário Santana, com endereço em Av. Mestre Manuel Santos Cabanas, N.º 12, 8.º Fte., 0000-000 Lavradio, Jorge Miguel Valverde Mestrinho, com endereço em Rua Feliciano Rabaça, N.º 23, 1.º Dtº, 0000-000 Montemor-o-Novo e Leonel Marques Nascimento; com endereço em Av. Vicheiro, N.º 137, 0000-000 Marinha Grande, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Rui Manuel Gonçalves Guerreiro Murta, com endereço em Av. 5 de Outubro, n.º 19, 1.º Dtº, 2900-311 Setúbal.

Fica determinado que a administração da massa insolvente será assegurada pelo devedor, nos precisos termos e com as limitações impostas na sentença.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas directamente ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante da sentença (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 22 de Setembro de 2011, pelas 15:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (arts. 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (artigo 9.º, n.º 1 do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

N/Referência: 1935035

13 de Julho de 2011. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

304910352

Anúncio n.º 11041/2011**Processo: 23998/10.6T2SNT — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

N/Referência: 1938155

Requerente: Bolsimo — Gestão de Activos S. A.
Insolvente: Solvinveste Propriedades, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo de Lisboa, no dia 14-07-2011, às 20:25 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Solvinveste Propriedades, L.ª, NIF — 500418632, Endereço: Rua Teófilo Braga, Nr. 396, 2785-122 S. Domingos de Rana com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

José Maria da Fonseca Caldeira Cabral, Endereço: Av. Senhor Jesus dos Navegantes, N.º 3, 8.º Dto, 2780-421 Paço de Arcos, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.